

# *Superior Tribunal de Justiça*

**HABEAS CORPUS Nº 534.069 - SP (2019/0279155-0)**

**RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**IMPETRANTE : EDINILSON BARBOSA DOS SANTOS**  
**ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PACIENTE : EDINILSON BARBOSA DOS SANTOS (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

## **DECISÃO**

**EDINILSON BARBOSA DOS SANTOS**, paciente neste habeas corpus impetrado de próprio punho, alega sofrer constrangimento ilegal ao seu direito de locomoção, em decorrência de acórdão do **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo** que não conheceu da impetração, tendo em vista o cabimento de agravo em execução (HC n. 0028240-72.2018.8.26.0000).

Em confuso arrazoadado, parece buscar, em suma, o **afastamento de falta grave e seus consectários.**

**Decido.**

A Corte local não analisou a matéria, sob a seguinte motivação:

[...]

Como é cediço, na jurisprudência, **o habeas corpus não é o meio idôneo para analisar questões relativas à execução da pena, uma vez que haveria necessidade de análise aprofundada, que foge ao procedimento estreito do writ, principalmente, em questões como a alegada pelo impetrante/paciente.**

De fato, o agravo em execução é o instrumento processual adequado e eficiente para impugnar decisões proferidas em incidente de execução de pena, conforme artigo 197 da Lei de Execuções Criminais (fl. 29, destaquei).

Não houve nenhum pronunciamento sobre a alegação trazida pelo paciente por parte do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Assim, a "matéria não analisada pelo Tribunal de origem não pode ser diretamente enfrentada neste momento, sob pena de supressão de instância"

# Superior Tribunal de Justiça

(RHC n. 98.130/MG, Rel. Ministro Nefi Cordeiro, 6ª T., DJe 16/10/2018).

A questão foi suscitada no habeas corpus originário, que **deixou de ser conhecido porque a ação constitucional é meio impróprio para obtenção de benefícios relativos à execução da reprimenda**. Ocorre que a matéria, em princípio, não demanda dilação probatória e o Tribunal não se manifestou sobre eventual ilegalidade na decisão do Juiz da VEC.

Este Superior Tribunal de Justiça compreende que, apesar de haver recurso próprio para questionar as decisões do Juízo das Execuções, **o Tribunal de Justiça sempre deve averiguar a existência ou não de ilegalidade flagrante**, relacionada a questão de direito.

Com efeito:

II - A não manifestação do eg. Tribunal *a quo* sobre o mérito da impetração, na hipótese, configurou **indevida negativa de prestação jurisdicional**. Tratando-se de questão relevante, devidamente suscitada no *writ* originário, e não apreciada, devem os autos ser remetidos à eg. Corte estadual para que se pronuncie acerca da *quaestio*. III - Embora a via estreita do *writ* não se preste à análise aprofundada do tema debatido, **é preciso que a ilegalidade *prima facie* seja afastada de forma fundamentada**. Assim, não obstante a previsão de recurso próprio no ordenamento jurídico, é admissível a utilização do *mandamus*, quando a pretensão não demanda, em princípio, revolvimento de matéria probatória.

[...]

Ordem concedida, de ofício, para anular o v. acórdão do eg. Tribunal *a quo*, determinando que este aprecie, como entender de direito, a questão deduzida no *mandamus* originário.

(HC n. 398.690/SC, Rel. Ministro Felix Fischer, 5ª T., DJe 10/8/2017).

A matéria discutida pela defesa é **eminentemente de direito**, relacionada à possibilidade, ou não, de afastamento da falta grave. Assim, os autos devem retornar à origem, para que o Tribunal de Justiça analise se a questão de direito foi corretamente dirimida pelo Juiz das Execuções e se manifeste sobre a possibilidade de concessão, de ofício, da ordem.

# *Superior Tribunal de Justiça*

À vista do exposto, com fundamento no art. 34, XX, do RISTJ, **não conheço do habeas corpus**, haja vista a falta de manifestação da Corte estadual sobre o mérito da causa. Contudo, de ofício, **concedo a ordem, in limine**, para determinar o retorno dos autos ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, a fim de que se pronuncie acerca da ocorrência de eventual ilegalidade do ato apontado como coator.

Em homenagem à ampla defesa, intime-se a Defensoria Pública do Estado de São Paulo, com representação nesta Corte Superior, para providências que entender cabíveis em favor do paciente e perante o juízo competente.

Publique-se e intímem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**